

ELITES E PARENTESCO NO SISTEMA JUDICIAL PARANAENSE, de Henry Levi Kaminsky¹

José Marciano Monteiro²

- Enviado em 30/01/2016
- Aprovado em 14/02/2016

A dissertação “*Elites e Parentesco no Sistema Judicial Paranaense*”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, pelo também autor Henry Levi Kaminsky, em 2013, que teve como orientador o professor Ricardo Costa de Oliveira, trata-se de um material importante para instigar a discussão de temas atuais, principalmente no que diz respeito ao estudo da composição das *elites jurídicas*. O autor, neste estudo, estabelece uma compreensão de como se constituiu o sistema judicial do Paraná (Desembargadores, Juízes, Procuradores de Justiça, Cartórios e Advogados) tendo como eixo de análise as estruturas de parentescos.

Inspirado em Ricardo Costa de Oliveira (2011), mais especificamente na obra “*O Silêncio dos Vencedores. Genealogia. Classe Dominante e Estado do Paraná*”, Henry Levi Kaminsky (2013) identifica quais agentes e famílias predomina/ram na ocupação dos principais cargos do sistema judicial do Paraná desde a colônia até o momento republicano atual. Delimita a análise em três famílias tradicionais que formam o “clã jurídico” paranaense: Macedo, Azevedo Portugal e

¹ Dissertação de autoria de Henry Levi Kaminsky, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, na linha Sociedade e Estado, em 2013, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira. Versão completa disponível na Biblioteca Digital da UFPR - <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/31793/R%20-%20D%20-%20HENRY%20LEVI%20KAMINSKI.pdf?sequence=1>

² Graduado em Ciências Sociais (UFCG), em Filosofia (UEPB) e bacharelado em Direito (UEPB). Professor de Sociologia do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA/UFCG. Doutorando em Ciências Sociais junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCS, da Universidade Federal de Campina – UFCG. Pesquisador do Grupo de pesquisa Antropologia da Política, Cultura Midiática e Práticas Políticas. Email: jm.monteiro17@gmail.com

Albuquerque Maranhão. A pesquisa teve como um dos objetivos compreender os mecanismos de formação, reprodução e manutenção dessas famílias, apesar das diversas mudanças na conjuntura sociopolítica. Para o alcance de tais fins fez-se uso do método prosopográfico e o método genealógico e em termos de sustentação epistemológica operacionalizou com as categorias da sociologia relacional de Pierre Bourdieu: *espírito de família, habitus, campo, capital (social, econômico, político, cultural e simbólico)*, bem como fez uso das análises histórico-sociológicas realizadas pelos clássicos do pensamento social e político brasileiro: Gilberto Freyre, Raimundo Faoro, José Murilo de Carvalho, Oliveira Viana, dentre outros.

De instigante leitura, a dissertação está organizada em dois capítulos: 1) Aborda o processo de formação histórico-política da região, enfatizando e destacando os principais períodos de nossa colonização, perpassando do Brasil colônia ao Brasil República; e o 2) enfoca especificamente os elementos da formação histórico-política na constituição das elites no sistema judicial paranaense, com destaque para as linhagens de três famílias que dominam o sistema judicial do Estado do Paraná: a) Família Macedo; b) Família Azevedo Portugal e c) Família Albuquerque Maranhão.

Recuperando leitura e interpretações dos clássicos do pensamento social e político brasileiro, Kaminsky (2013) esboça a formação do sistema judicial a partir do nosso modelo de colonização destacando o peso que Portugal exerceu, principalmente, na formação e constituição da elite jurídico-política, tendo como principal instituição formadora de percepções, visões e formas de agir a Universidade de Coimbra. Assim, apresenta como o espaço geográfico-social fora ocupado mediante a concessão de capitâneas hereditárias para grandes senhores, agregados do trono e fidalgos com fortunas próprias, destacando a predominância da iniciativa privada no emprego da colonização do país.

Kaminsky (2013) destaca, ainda, o exercício privatista que assume a justiça por meio das concessões aos donatários e as relações sociais de dependência que se desenvolviam nas grandes propriedades rurais. Explicita a formação do patriarcalismo e suas características, bem como o uso e as estratégias das famílias pertencentes à classe dominante no que diz respeito aos enlaces matrimoniais. O casamento como um dos mecanismos de manutenção e reprodução das posições sociais, de integração e de solidariedade entre as famílias, utilizando-me aqui de uma categoria de Durkheim. O autor compreende estes laços matrimoniais, tendo como pano de fundo a constituição material da sociedade, ou seja, o controle do poder judicial na colônia e o poder jurisdicional dos grandes latifundiários, focado na figura do fazendeiro, do senhor de engenho e dos coronéis. Apresenta-nos o ingresso dos magistrados na elite local, enfatizando a força da formação ideológica e intelectual da nova camada burocrático-administrativa, herdeiros do grande latifúndio, que passará

a gerenciar o país sob a força ideológico-política de centros de formação como Coimbra, São Paulo e Olinda-Recife.

A partir destes centros de formação, mostra-nos como foi se constituindo a elite bacharelesca sob o ideário de ideologias importadas da Europa. E, assim, a passagem de uma elite rural para uma elite “técnico-burocrática”. Esta que começa a se constituir por meio do acesso propiciado as famílias que historicamente dominam as terras e a produção. Famílias “privilegiadas” que passam a inserir seus filhos nas instituições de formação. Os herdeiros do “latifúndio”, portanto, inserem-se nos espaços de formação, acima mencionados, dos quais sairão para os quadros do universo político e jurídico do país.

É no segundo capítulo, portanto, que Kaminsky (2013), se detém a efetuar a investigação das aludidas famílias, percorrendo trajetórias e fatos históricos, fazendo uso das categorias propostas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu e operacionalizando com o método prosopográfico e genealógico. Recupera fatos históricos e sustenta-se no processo de formação da colônia inserindo as famílias neste período. A força do método genealógico torna-se evidente quando compreende a formação da elite jurídica do Estado do Paraná, remetendo-se aos períodos de longa duração. Por meio deste realiza conexões entre as forças instauradas na sociedade e os capitais sociais e políticos incorporados ao longo do tempo pelas famílias supracitadas. O autor recupera biografias e trajetórias que permitem esboçar a origem social dos indivíduos, das famílias as quais pertencem, dos lugares e das instituições onde se formaram e o meio social em que viveram. Tal abordagem realizada por Kaminsky (2013) situam os agentes na estrutura social, percebendo-os como detentores de um *quantum* de capital que lhes permitem estar/asseguram posições sociais no pólo dominante do campo jurídico do Paraná.

Pela escrita desenvolvida por Kaminsky (2013) ainda nos é possível identificar a força que a família exerce na estrutura social e a importância que assume na acumulação e transmissão de privilégios econômicos, políticos e culturais em um período de longa duração. Identifica o autor que a família Macedo – uma das famílias posicionados no campo jurídico paranaense no pólo dominante – seu itinerário remonta ao período de colonização do país, atravessando o período Imperial, República Velha, Estado Novo e chegando até os dias atuais. As outras duas (Azevedo Portugal e Albuquerque Maranhão) Kaminsky (2013) identifica que o período de inserção no campo jurídico do Estado é demarcado no início do período Imperial.

Tratam-se, assim, de famílias estruturadas em um padrão de dominação que corresponde a períodos de longa duração. São famílias que seus agentes ocupam posições dominantes no cenário social, político e jurídico do Estado. Isto só ratifica o que vem sendo investigado em vários

trabalhos do professor Ricardo Costa de Oliveira (2001), ou seja, os neófitos neste campo e as novas formas da classe dominante se estruturam com o que permanece; estruturam-se com os herdeiros. A dinâmica de “entradas e saídas não altera a existência de alguns núcleos de permanência e de continuidade ao longo dos séculos”. (OLIVEIRA, 2001, p.342).

A investigação realizada Kaminsky (2013) ratifica as análises produzidas por Bourdieu (2010; 2011) de que a família tem um papel preponderante na manutenção da ordem social e na reprodução. Antes de ser tão somente na reprodução biológica, a família reproduz-se socialmente. O espaço social se estrutura de acordo com o acúmulo de capital dos agentes. Os detentores de maior *quantum de capital* assumem na estrutura social as melhores e mais privilegiadas posições, conseqüentemente os melhores salários, o que lhes permitem formar as gerações vindouras para ocuparem as melhores posições novamente dentro do campo. Tais evidências só reforça a reprodução que se estabelece pela família e na relação com o Estado, a reprodução dos “privilégios” das desigualdades. Os desprovidos de qualquer espécie de capital dificilmente ocuparão os cargos da classe dominante historicamente “privilegiada”.

Com isto o autor nos convida a entender a constituição da “*elite jurídica*” do Paraná, apresentando-nos a formação desta a partir do processo migratório de famílias oriundas de outras regiões do país (Região Nordeste) e de outros países. Convida-nos a perceber a importância que assume a genealogia para a compreensão da formação de nossas elites jurídicas. Mostra-nos que os primeiros ouvidores e comarcas, as instituições do Tribunal de Justiça e os primeiros desembargadores, são oriundos destas famílias e que até o presente são agentes destas que ocupam, no judiciário paranaense, os principais postos do sistema jurídico. O texto, portanto, antes de ser exclusivo aos estudiosos da sociologia jurídica, destinam-se também as áreas de sociologia política, história e direito de uma forma geral.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre (2011). **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11 ed., Campinas (SP): Papyrus.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Pierre-Claude (2010). **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Editora Vozes.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (2001). **O Silêncio dos Vencedores. Genealogia. Classe Dominante e Estado do Paraná**. 1 ed., Curitiba: Moinho do Verbo.